

Câmara Municipal de Araraquara/SP

**Concurso Público
Edital 01/2024**



Analista Legislativo

MANHÃ

PROVA TIPO 1 - BRANCA

CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA****Alterar estruturas da língua pode alterar as relações sociais?**

Conjunto de falantes é o árbitro das mudanças linguísticas.

É sempre interessante observar como a língua se comporta diante das tensões que nela se refletem. De uns tempos para cá, muita gente passou a ser corrigida em público nas transmissões ao vivo na *internet* por uma audiência empenhada em rastrear as marcas de racismo, machismo, homofobia e demais preconceitos que estariam inscritos na língua. Não foram poucos os que passaram a monitorar não apenas a fala alheia como ____ própria, ciosos de que mudar as palavras é uma forma de mudar o mundo. Talvez seja, talvez não seja. O tempo dirá.

Personagens de novela, que geralmente aparecem na trama fazendo *merchandising* de produtos, passaram a vender também as lições civilizatórias da cultura “woke”. “Nuvens negras” que anunciavam mau tempo foram substituídas por “nuvens cinza” e muitos outros exemplos foram incorporados aos *scripts*. Ao mesmo tempo, a ministra Anielle Franco ressaltou que termos como “caixa-preta” e “buraco negro”, que pareciam insuspeitos, também tinham uma carga de preconceito racial.

O verbo “denegrir”, mesmo sendo usado desde o latim no sentido de manchar a reputação, foi um dos principais alvos das cartilhas de letramento racial que apareceram na *internet*, associado ____ cor de pele de pessoas, sempre com a advertência de que era muito importante mudar os hábitos linguísticos. A motivação é das melhores; só não sabemos ainda se isso vai contribuir, de fato, para o fim do racismo e dos demais preconceitos.

Dia desses, ouvi uma pessoa ser corrigida em uma *live* ao usar a expressão “mãe solteira”, que deveria ser substituída por “mãe solo”. A explicação era que “mãe solteira” é uma expressão preconceituosa porque o estado civil não tem nada a ver com a maternidade. Perfeito. Nesse caso, talvez o ideal fosse a supressão do adjetivo: já que não se diz “mãe casada” ou “mãe viúva”, por que dizer “mãe solteira”? Bastaria dizer “mãe”.

Outro caso interessante é o da expressão “pessoa com deficiência”, que viria substituir “deficiente”, pois nenhum ser humano deveria ser definido pela sua deficiência – o uso da palavra “pessoa” teria uma função importante na conscientização de que eventuais deficiências não impedem alguém de ter uma vida normal. De fato, mas o que se vê hoje é que a expressão foi reduzida ____ uma sigla (PcD) e lida “pê-cê-dê”. É provável que essa simplificação tenha ocorrido em razão do princípio da economia, muito importante na comunicação.

____ algum tempo, tribunais eleitorais vinham usando com insistência a construção “eleitores e eleitoras” e também “pessoa eleitora”. Parece que as coisas andaram mudando. Em trabalhos acadêmicos, sobretudo na área de humanidades, passou a ser “obrigatório” o uso da linguagem dita “inclusiva”, de modo que, onde se lia “os historiadores”, se passou a ler “os historiadores e as historiadoras” – e assim por diante, sempre com as duas palavras, no masculino e no feminino. No meio acadêmico, o uso se tornou comum.

Uma coisa, porém, temos de reconhecer. Essa prática, além de tornar o texto enfadonho, é totalmente desnecessária. O motivo é muito simples: a forma “historiadores”, no masculino, generaliza as pessoas que exercem essa atividade. É a condição de “historiador” que interessa quando usamos o termo de modo geral (por exemplo, “os historiadores do século passado”), não a identidade do ser humano. O termo feminino existe para as situações em que tratamos de uma ou mais mulheres em particular (“uma historiadora do período”). Isso vale para qualquer termo que indique a função, a condição, a profissão etc., mas não vale, por óbvio, para homens e mulheres. Ninguém nunca disse os “homens aqui presentes” com o intuito de englobar “homens e mulheres”, certo?

O problema é que não está a nosso alcance fazer uma mudança desse teor, de caráter estrutural. A língua é uma construção coletiva autogerida. É a coletividade representada pelos falantes que determina o que muda e o que não muda, o que tem cabimento e o que não tem. É fácil perceber isso no caso dos neologismos, que, quando úteis ou funcionais, passam a integrar a língua, mesmo que alguns os rejeitem por apego ____ tradição ou por outro motivo.

O pronome “todos”, por exemplo, é um pronome indefinido que indica totalidade inclusiva (todas as pessoas). É uma das palavras mais inclusivas da língua (ao lado de “tudo”), mas a cartilha da inclusão recomenda cumprimentar a “todos e todas”, reduzindo o alcance de “todos”, que ficaria restrito ao gênero masculino. Pode-se dizer que essa fórmula de saudação foi bem-aceita e acabou virando regra de etiqueta em alguns lugares. Cumprimenta-se a “todos e todas” e, depois, está-se livre para continuar falando de forma econômica.

O tempo dirá se a sociedade mudou no rastro das palavras ou se o movimento é exatamente o inverso. Aguardemos.

(NICOLETI, Thaís. Alterar estruturas da língua pode alterar as relações sociais? Jornal Folha de S. Paulo, 2024. Adaptado.)

Questão 01

Considerando o percurso argumentativo do texto, depreende-se que a articulista defende que:

- A) A proposição de um manual de letramento racial mobiliza processos de conscientização, que são o primeiro passo para viabilizar mudanças na estrutura da língua.
- B) A língua, como um produto social, imprime em seu sistema modificações advindas das demandas de seus falantes, inseridos em um contexto social, histórico e cultural.
- C) O (auto)monitoramento das escolhas lexicais desencadeia um processo de reflexão capaz de gerar nos falantes o desejo de alteração nas estruturas linguísticas vigentes.
- D) As mídias sociais têm papel fundamental no processo de mudança do sistema linguístico, já que são veículos detentores de grande poder de persuasão sobre a sociedade.
- E) A utilização de vocabulário preconceituoso favorece a discussão acerca de uma cultura linguística discriminatória, que se manifesta na fala e, posteriormente, nas ações.

Questão 02

No texto, o principal questionamento instaurado pela autora está relacionado ao fato de:

- A) A duplicação de palavras (masculina e feminina) contribuir para a prolixidade nos discursos.
- B) Os usuários da língua selecionarem as palavras como forma de manipular as relações sociais.
- C) As mudanças linguísticas serem (in)capazes de promover transformações nas interações sociais.
- D) As alterações nos hábitos linguísticos motivarem a elaboração de um manual de letramento racial.
- E) O compêndio de termos politicamente corretos determinar transformações no vocabulário da língua.

Questão 03

O único par de termos que, de acordo com o texto, NÃO apresenta viés discriminatório é:

- A) “caixa-preta” e “mãe solo”.
- B) “buraco negro” e “deficiente”.
- C) “mãe solteira” e “todos e todas”.
- D) “nuvens cinza” e “pessoa eleitora”.
- E) “denegrir” e “pessoa com deficiência”.

Questão 04

É possível inferir do 5º§ que:

- A) O termo “deficiente” salienta a limitação imposta por uma condição; já o termo “pessoa com deficiência” enfatiza a superação dessa condição.
- B) O comportamento das pessoas apenas mudará quando o sistema linguístico incorporar ao seu vocabulário termos não discriminatórios.
- C) A troca “deficiente” por “pessoa com deficiência” foi incapaz de engendrar um processo de conscientização que alterasse a atitude das pessoas.
- D) A sigla PcD foi amplamente adotada pelos usuários da língua, sobretudo nos textos escritos, com o propósito de facilitar e agilizar a comunicação.
- E) A sigla PcD obteve grande adesão por parte dos usuários da língua e, por isso, tem sido mais utilizada do que a expressão “pessoa com deficiência”.

Questão 05

A supressão da(s) vírgula(s) acarretará sensível alteração de sentido somente em:

- A) “É a coletividade representada pelos falantes que determina o que muda e o que não muda, o que tem cabimento e o que não tem.” (8º§)
- B) “[...] algum tempo, tribunais eleitorais vinham usando com insistência a construção ‘eleitores e eleitoras’ e também ‘pessoa eleitora’.” (6º§)
- C) “Nesse caso, talvez o ideal fosse a supressão do adjetivo: já que não se diz ‘mãe casada’ ou ‘mãe viúva’, por que dizer ‘mãe solteira’?” (4º§)
- D) “A motivação é das melhores; só não sabemos ainda se isso vai contribuir, de fato, para o fim do racismo e dos demais preconceitos.” (3º§)
- E) “Personagens de novela, que geralmente aparecem na trama fazendo merchandising de produtos, passaram a vender também as lições civilizatórias da cultura ‘woke’.” (2º§)

Questão 06

A seguir, foram transcritos fragmentos de poemas cuja temática é a Língua Portuguesa; analise-os.

I.

*A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil.*

(BANDEIRA, Manuel. *Evocação do Recife*. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/9074/evocacao-do-recife/>. Acesso em: 16/12/2024. Fragmento.)

II.

*A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.*

*A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?*

(ANDRADE, C. D. *Aula de português*. Disponível em: <https://www.tudoepoema.com.br/carlos-drummond-de-andrade-aula-de-portugues/>. Acesso em: 16/12/2024. Fragmento.)

III.

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.*

(ANDRADE, Oswald. *Pronominais*. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NTU4NjA3/>. Acesso em: 16/12/2024. Fragmento.)

IV.

*Esta língua é como um elástico
que espicharam pelo mundo.
No início era tensa,
de tão clássica.*

*Com o tempo, se foi amaciando,
foi-se tornando romântica,
incorporando os termos nativos
e amolecendo nas folhas de bananeira
as expressões mais sisudas.*

(TELES, Gilberto Mendonça. *Língua*. Disponível em: <https://linguisticaemfoco.wordpress.com/>. Acesso em: 16/12/2024. Fragmento.)

O(s) fragmento(s) que melhor dialoga(m) com a tese defendida por Thaís Nicoleti no texto “Alterar estruturas da língua pode alterar as relações sociais?” é (são) apenas

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e IV.
- E) I, III e IV.

Questão 07

Assinale o enunciado que apresenta relação semântica de causa e consequência.

- A) “Pode-se dizer que essa fórmula de saudação foi bem-aceita e acabou virando regra de [...]” (9º§)
- B) “Em trabalhos acadêmicos [...] passou a ser ‘obrigatório’ o uso da linguagem dita ‘inclusiva’ [...]” (6º§)
- C) “É sempre interessante observar como a língua se comporta diante das tensões que nela se refletem.” (1º§)
- D) “Ninguém nunca disse os ‘homens aqui presentes’ com o intuito de englobar ‘homens e mulheres’ [...]” (7º§)
- E) “O tempo dirá se a sociedade mudou no rastro das palavras ou se o movimento é exatamente o inverso.” (10º§)

Questão 08

De acordo com o texto, o exemplo que melhor corrobora a afirmativa “*Conjunto de falantes é o árbitro das mudanças linguísticas*” (subtítulo) é:

- A) “*mãe solo*”.
- B) “*nuvens cinza*”.
- C) “*todos e todas*”.
- D) “*eleitores e eleitoras*”.
- E) “*pessoa com deficiência*”.

Questão 09

Releia esta passagem: “*Não foram poucos os que passaram a monitorar [...], ciosos de que mudar as palavras é uma forma de mudar o mundo.*” (1º§). Considerando o contexto, assinale a alternativa que apresenta o sinônimo mais adequado para o termo destacado.

- A) Diligentes.
- B) Convictos.
- C) Conscientes.
- D) Embevecidos.
- E) Esperançosos.

Questão 10

“Na passagem ‘*A motivação é das melhores; só não sabemos ainda se isso vai contribuir, de fato, para o fim do racismo [...]*’ (3º§), “*só*” foi empregado como elemento coesivo com valor semântico de _____ e poderia ser substituído pela conjunção _____, sem prejuízo de sentido.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) oposição / todavia
- B) comparação / como
- C) conclusão / portanto
- D) explicação / porquanto
- E) conformidade / segundo

Questão 11

Releia: “*É fácil perceber isso no caso dos neologismos, que, quando úteis ou funcionais, passam a integrar a língua [...]*” (8º§). Pode ser considerado neologismo, com as características descritas anteriormente, o termo

- A) “*deficiente*”.
- B) “*machismo*”.
- C) “*homofobia*”.
- D) “*preconceito*”.
- E) “*historiadora*”.

Questão 12

Assinale a afirmativa em que a conjunção ou relaciona ideias mutuamente excludentes.

- A) “[...] úteis ou funcionais [...]” (8º§)
- B) “[...] uma ou mais mulheres [...]” (7º§)
- C) “[...] tradição ou por outro motivo” (8º§)
- D) “[...] ‘mãe casada’ ou ‘mãe viúva’ [...]” (4º§)
- E) “[...] palavras ou se o movimento [...]” (10º§)

Questão 13

Das passagens transcritas a seguir, apenas uma contém figura de linguagem distinta das demais; assinale-a.

- A) “*O tempo dirá se a sociedade mudou [...]*” (10º§)
- B) “[...] *tribunais eleitorais vinham usando [...]*” (6º§)
- C) “[...] *observar como a língua se comporta [...]*” (1º§)
- D) “[...] *mas a cartilha da inclusão recomenda [...]*” (9º§)
- E) “*‘Nuvens negras’ que anunciavam mau tempo [...]*” (2º§)

Questão 14

Considerando a regência e o emprego do acento gráfico indicativo de crase próprios da norma culta escrita, assinale a alternativa que completa, adequada e respectivamente, as lacunas tracejadas no texto (1º, 3º, 5º, 6º e 8º parágrafos).

- A) há / a / à / a / a
- B) a / à / a / há / à
- C) à / à / há / a / à
- D) a / à / à / há / à
- E) a / há / à / a / a

Questão 15

A disposição de uma palavra na oração geralmente determina sua função sintática. Com base nessa informação, analise as funções sintáticas atribuídas à palavra “*língua*” em cada enunciado. Em seguida, assinale a alternativa que contém a correta indicação.

- A) “A *língua* é uma construção coletiva autogerida.” (8º§) – adjunto adverbial
- B) “[...] *preconceitos que estariam inscritos na língua*.” (1º§) – complemento nominal
- C) “[...] *passam a integrar a língua, mesmo que alguns os rejeitem [...]*” (8º§) – sujeito
- D) “Alterar estruturas da *língua* pode alterar as relações sociais?” (título) – adjunto adnominal
- E) “[...] *como a língua se comporta diante das tensões que nela se refletem*.” (1º§) – objeto direto

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 16

Após a realização de um festival literário, os organizadores registraram a participação efetiva das pessoas inscritas em três sessões temáticas realizadas ao longo de um dia. Ao todo, 62 pessoas participaram da sessão da manhã, 78 da tarde e 85 da noite. Dentre as pessoas presentes na sessão da manhã, 22 não participaram das outras sessões, 7 participaram de todas as três sessões e 9 participaram também da sessão da tarde, mas não da sessão noturna. Além disso, 3 pessoas participaram das sessões da tarde e da noite, mas não da sessão da manhã. Por fim, o número de pessoas inscritas que não participaram de nenhuma das sessões é igual a $\frac{1}{8}$ do total de inscritos no evento. Com base nesses dados, o número de pessoas inscritas no festival que NÃO compareceram a nenhuma sessão é:

- A) 15.
- B) 20.
- C) 25.
- D) 30.
- E) 35.

Questão 17

Cláudia, Bianca e Fernanda trabalham em um escritório de *design* gráfico e desempenham, de forma distinta, as funções de *designer*, assistente administrativa e gerente de projetos, mas não necessariamente nessa ordem. Com relação à altura diferente das três profissionais, a assistente administrativa não é a mais baixa nem a mais alta. Fernanda, que é a mais alta, não é assistente administrativa. Se Bianca é gerente de projetos, é correto afirmar que:

- A) Cláudia é *designer*.
- B) Bianca é mais alta que Cláudia.
- C) A profissional mais alta é gerente de projetos.
- D) A gerente de projetos não é a mais baixa das três profissionais.
- E) A assistente administrativa é mais alta que a gerente de projetos.

Questão 18

Em uma empresa, há 336 funcionários que participam de dois programas de bem-estar: o Programa de Alimentação Saudável (PAS) e o Programa de Atividade Física (PAF). Após uma pesquisa interna, foi constatado que 20% dos funcionários que participam do PAS também participam do PAF. Além disso, 80% dos funcionários que participam do PAF também participam do PAS. Sabendo que todos os funcionários participam de, pelo menos, um dos programas, com base nessas informações, quantos funcionários participam de ambos os programas?

- A) 16.
- B) 32.
- C) 48.
- D) 64.
- E) 80.

Questão 19

Em certo supermercado, chega uma nova remessa de produtos alimentícios. Segundo o gerente, 80% dos produtos são não perecíveis, dos quais 50% são importados. Dentre os produtos perecíveis, 60% deles são importados. Se a quantidade total de produtos que não são importados é exatamente 240, qual é a quantidade de produtos não perecíveis que são importados?

- A) 60.
- B) 100.
- C) 200.
- D) 240.
- E) 260.

Questão 20

Uma escola de idiomas organiza aulas semanais com diferentes instrutores para atender seus alunos. Ao todo, a escola conta com 14 instrutores, distribuídos conforme a carga horária semanal que lecionam:

- 6 instrutores dão 12 horas de aula por semana;
- 4 instrutores dão 9 horas de aula por semana;
- 3 instrutores dão 15 horas de aula por semana; e
- 1 instrutor dá 18 horas de aula por semana.

De acordo com essas informações, é correto afirmar que em qualquer grupo de:

- A) 7 instrutores, há pelo menos 1 que leciona 9 horas de aula por semana.
- B) 8 instrutores, há pelo menos 1 que leciona 12 horas de aula por semana.
- C) 9 instrutores, há instrutores de pelo menos 3 cargas horárias diferentes.
- D) 10 instrutores, há instrutores de pelo menos 3 cargas horárias diferentes.
- E) 12 instrutores, há pelo menos 1 que leciona 15 horas de aula por semana.

INFORMÁTICA

Questão 21

A Câmara Municipal de Araraquara, em um esforço de modernização tecnológica, adquiriu computadores compatíveis com arquitetura de 64 *bits* para melhorar o desempenho dos sistemas internos. Apesar de contar com processadores recentes e amplo espaço de armazenamento em unidades SSD, a equipe de TI observa que a inicialização do sistema permanece lenta e que alguns recursos voltados a 64 *bits* não estão sendo devidamente reconhecidos. Após análises que descartaram problemas de superaquecimento e de capacidade insuficiente de memória RAM, levantou-se a hipótese de que configurações de *firmware* ou ajustes em *drivers* de componentes principais possam estar desfavoráveis, resultando em *boot* prolongado e aproveitamento limitado das funcionalidades avançadas do novo *hardware*. Quanto às configurações e componentes que afetam o desempenho na inicialização e a compatibilidade plena com sistemas de 64 *bits*, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Atualizações pontuais de *firmware* (BIOS ou UEFI) podem corrigir falhas de compatibilidade e otimizar o uso de instruções específicas para a arquitetura de 64 *bits*.
- B) A adoção de unidades de estado sólido (SSDs) em substituição a discos rígidos (HDDs) tende a reduzir consideravelmente o tempo de *boot* e de carregamento de aplicativos.
- C) A permanência do modo *Legacy* (BIOS) é considerada a forma mais indicada para garantir desempenho superior em sistemas de 64 *bits*, pois exclui a necessidade de recursos adicionais de *firmware*.
- D) A utilização de *firmware* UEFI, devidamente configurado, costuma agilizar o processo de inicialização e habilitar recursos críticos para ambientes de 64 *bits*, como *Secure Boot* e GPT (*GUID Partition Table*).
- E) Uma placa de vídeo (GPU) com limitações não costuma interferir diretamente na inicialização do sistema operacional, mas pode impactar o desempenho de aplicativos que demandam processamento gráfico elevado.

Questão 22

O setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Araraquara precisa enviar uma notificação individualizada a todos os servidores sobre uma nova política de benefícios. Para agilizar o processo, optou-se pelo uso da Mala Direta do *Microsoft Word* (versão 365), vinculada a uma planilha do *Excel* que contém os dados de cada servidor: nome, endereço, cargo, e-mail e data de admissão. Além do texto principal, deseja-se que seja exibida automaticamente, no corpo da carta, uma mensagem adicional apenas para os servidores que têm mais de cinco anos de serviço, calculados com base na data de admissão. Considerando a necessidade de inserir essa mensagem condicional na correspondência personalizada, assinale a afirmativa que descreve corretamente como configurar a Regra “Se...Então...Senão” (*If...Then...Else*) no *Word* 365, a fim de exibir a mensagem somente para os servidores com mais de cinco anos de serviço.

- A) Converter manualmente a data de admissão em cada carta gerada, usando a opção “Pesquisar e Substituir” para filtrar os servidores com mais de cinco anos, antes de efetivamente concluir a mala direta.
- B) Configurar a mala direta para que todos os destinatários recebam a mesma mensagem de forma genérica e, posteriormente, ocultar o texto manualmente nas cartas geradas para aqueles com menos de cinco anos de serviço.
- C) Ajustar a fonte da mensagem no próprio corpo do documento *Word* para cor branca sempre que o servidor tiver menos de cinco anos de serviço, tornando a mensagem invisível para esse grupo sem o uso de regras ou campos adicionais.
- D) Inserir um campo IF no *Word* que compara diretamente a data de admissão do servidor ao dia atual, usando a função interna do *Word* para subtrair datas e avaliar se o resultado é maior que cinco anos, sem necessidade de cálculos prévios.
- E) Criar, no *Excel*, uma coluna que calcule se o servidor já completou cinco anos de serviço (por exemplo, gerando “Sim” ou “Não”), e então usar o campo IF (Se...Então...Senão) no *Word* para inserir a mensagem somente quando o valor dessa coluna for “Sim”.

Questão 23

A Secretaria do Meio Ambiente da Câmara Municipal de Araraquara está elaborando um relatório sobre o progresso de recuperação de áreas degradadas em diferentes regiões do município. No *Microsoft Word* (versão 365), foi criada a tabela a seguir para registrar cada projeto ambiental, incluindo a área reflorestada em hectares (ha) e o percentual de conclusão do reflorestamento:

PROJETO	ÁREA REFLORESTADA (ha)	% DE CONCLUSÃO
PROJETO 1	10,0	80%
PROJETO 2	5,0	50%
PROJETO 3	8,0	70%
PROJETO 4	12,0	100%
TOTAIS	(SOMA DAS ÁREAS)	(MÉDIA %)

Observa-se que, ao final da tabela, deseja-se exibir automaticamente o total das áreas reflorestadas (em “Área Reflorestada (ha)”) e, na mesma linha, a média do percentual de conclusão (em “% de Conclusão”). A ideia é que, quando um novo valor for inserido ou alterado na tabela, o *Word* recalcule esses campos de forma prática, sem necessidade de se recorrer a planilhas externas. Considerando os recursos de “Fórmula” em tabelas do *Word* 365, qual procedimento relacionado a seguir melhor descreve como configurar e atualizar as células destinadas à soma das áreas reflorestadas e à média do percentual de conclusão dentro do próprio documento?

- A) Utilizar o recurso “Mala Direta” para que os valores de área e percentuais sejam mesclados como campos provenientes de um arquivo de texto, permitindo que o *Word* identifique, sozinho, as somas e médias com base na formatação dos valores numéricos.
- B) Inserir manualmente os valores ao final da tabela, selecionando todos os dados e aplicando o comando “*Layout* > Classificar”. Assim, o *Word* reconhece colunas numéricas e faz a soma e a média dos valores logo após a classificação, sem necessidade de campos de fórmula.
- C) Criar no *Excel* uma planilha com os valores de área e percentuais, incorporá-la ao *Word* por meio do comando “Inserir > Planilha do *Excel*” e usar as fórmulas do *Excel* para somar e tirar a média. Sempre que houver alterações, a planilha deve ser editada separadamente, abrindo-se o *Excel* embutido.
- D) Selecionar a última linha da tabela, em que serão exibidos os resultados, e inserir o cálculo diretamente no texto usando colchetes, como [Soma das áreas reflorestadas] e [Média das porcentagens], pois o *Word* converte automaticamente esses colchetes em campos de cálculo sem configurações adicionais.
- E) Posicionar o cursor na célula destinada ao total de áreas reflorestadas, clicar em “*Layout da Tabela* > Fórmula” e utilizar =SUM(ABOVE) para somar as células acima, repetindo a operação na célula reservada à média, usando =AVERAGE(ABOVE). Após inseridas, as fórmulas podem ser atualizadas ao clicar com o botão direito do *mouse* e escolher “Atualizar campo”, ou antes de imprimir, conforme configuração em “Opções do *Word*”.

Questão 24

No setor de planejamento estratégico da Câmara Municipal de Araraquara, um funcionário recebeu uma planilha no *Excel* M365 com dados de frequência de comparecimento de vereadores em sessões plenárias, organizados por nome, data e presença (indicado com “Presente” ou “Ausente”). O objetivo é destacar, em cada linha da planilha, as datas em que os vereadores estiveram ausentes. Para isso, foi solicitado o uso do recurso de formatação condicional no *Excel* M365. Assinale a afirmativa, a seguir, que descreve corretamente como configurar a formatação condicional para destacar as datas cujo valor da célula na coluna de presença seja igual a “Ausente”.

- A) Inserir um filtro na coluna de Presença pelo menu “Dados”; filtrar pela palavra “Ausente”; e aplicar manualmente a cor desejada nas células.
- B) Selecionar toda a tabela; acessar o menu “Fórmulas”; criar uma nova regra condicional personalizada baseada no texto “Ausente”; e configurar as opções de preenchimento.
- C) Selecionar toda a coluna da tabela; acessar o menu “Página Inicial”; clicar em “Classificar e Filtrar”; e configurar uma nova regra para destacar células onde o texto seja “Ausente”.
- D) Acessar o menu “Exibir”; ativar o modo de Visualização de Fórmulas; selecionar a coluna Data; e aplicar uma formatação condicional baseada na fórmula =B2="Ausente", ajustando a formatação de acordo com a necessidade.
- E) Selecionar as células da coluna de presença; acessar o menu “Página Inicial”; clicar em “Formatação Condicional”; escolher “Realçar Regras das Células”; selecionar a opção “É Igual a”; digitar “Ausente” no campo de texto; e definir a formatação desejada.

Questão 25

Certa empresa do setor agrícola utiliza o *Excel* M365 para monitorar sua produção de diferentes culturas em várias regiões. A planilha de controle contém as seguintes colunas: “Região”, “Cultura”, “Produção (toneladas)” e “Ano”. O gestor deseja analisar rapidamente os dados referentes apenas às culturas de soja cultivadas na região “Centro-Oeste” no ano de 2024. Para isso, ele precisa usar o recurso de filtros no *Excel* M365. Qual das opções a seguir descreve corretamente os passos para configurar os filtros necessários para exibir apenas os registros de soja cultivados na região Centro-Oeste em 2024?

- A) Selecionar as colunas “Cultura”, “Região” e “Ano”; acessar o menu “Fórmulas”; criar critérios personalizados para “Soja”, “Centro-Oeste” e “2024”; e aplicar os filtros definidos.
- B) Selecionar a tabela de dados; acessar o menu “Exibir”; clicar em “Mostrar Filtros”; criar regras personalizadas para “Cultura = Soja”, “Região = Centro-Oeste” e “Ano = 2024”; e aplicar o filtro.
- C) Selecionar as colunas “Cultura” e “Região”; acessar o menu “Dados”; clicar em “Classificar”; definir a prioridade para “Cultura = Soja” e “Região = Centro-Oeste”, e filtrar os dados correspondentes.
- D) Selecionar toda a tabela; acessar o menu “Página Inicial”; clicar em “Ordenar e Filtrar”; ativar a opção “Filtro”, e nas setas de filtro das colunas respectivas, selecionar “Soja”, “Centro-Oeste” e “2024”.
- E) Acessar o menu “Inserir”; clicar em “Tabela”; selecionar os dados; ativar a opção “Filtro Avançado”; configurar os critérios “Cultura = Soja”, “Região = Centro-Oeste” e “Ano = 2024”; e clicar em “OK”.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 26

O Federalismo adotado na Constituição de 1988 é trino ou de segundo grau, na medida em que possui três níveis de entes federativos: além da União e dos Estados-membros (e do Distrito Federal), os Municípios também são considerados entes federativos. É o que dispõe o art. 18, *caput*, da Constituição Federal – “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição, sendo que o poder de auto-organização dos Municípios se dá por meio da Lei Orgânica do Município”.

(MARTINS, Flávio. *Curso de Direito Constitucional*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.)

Nesse íterim, no que concerne à Lei Orgânica do Município de Araraquara, compete ao Município, EXCETO:

- A) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- B) Suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.
- C) Criar, organizar e suprimir Municípios, observado o disposto na Lei Orgânica e na legislação federal e estadual pertinente.
- D) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o serviço de transporte coletivo, que terá caráter essencial.
- E) Realizar atividades de defesa civil, inclusive de combate a incêndios e de prevenção de acidentes naturais em cooperação com a União e o Estado.

Questão 27

No que tange à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município de Araraquara e suas entidades da Administração direta e indireta, tendo como base a Lei Orgânica do referido ente, assinale a afirmativa correta.

- A) O controle interno será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- B) O parecer prévio anual, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, só será rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- C) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sob pena de responsabilidade solidária.
- D) As contas do Município deverão ficar anualmente, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, em local de fácil acesso, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei.
- E) Prestará contas, conforme estabelecido pela legislação pertinente, toda pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos do Município ou que por eles responda, ou que, em nome deste, assuma obrigação de natureza pecuniária, ficando isentas as entidades públicas, uma vez que sua fiscalização já ocorre por meio do Ministério Público.

Questão 28

Em regra, o ordenamento jurídico brasileiro proíbe a acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos. Porém, a Constituição Federal prevê um rol taxativo de casos excepcionais em que a acumulação é permitida. É de suma importância destacar que, em qualquer hipótese, a acumulação só será permitida se houver compatibilidade de horários e for observado o limite máximo de dois cargos.

(MAZZA, Alexandre. *Manual de Direito Administrativo*. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.)

Sobre as acumulações remuneradas, tendo como base a Lei Municipal nº 1.939/1972, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É vedada a acumulação remunerada, exceto a de juiz e um cargo de professor; a de dois cargos de professor; a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; a de dois cargos privativos de médico.
- () A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias e empresas públicas, não se aplicando às sociedades de economia mista, em razão destas serem compostas também por capital privado.
- () A proibição de acumular proventos também se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, F, F.
- C) F, V, V.
- D) V, F, V.
- E) F, F, F.

Questão 29

João da Silva é servidor público, na área administrativa, da Câmara Municipal de Araraquara. Ocorre que, após o cometimento de falta grave e a devida apuração em processo disciplinar, foi punido com a pena de quarenta e cinco dias de suspensão. Considerando o caso hipotético, bem como as disposições referentes à pena de suspensão previstas na Lei nº 1.939/1972, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A pena de suspensão implica na impossibilidade de promoção no semestre abrangido pela suspensão.
- B) A pena de suspensão implica na perda dos vencimentos ou da remuneração durante o período da suspensão.
- C) A pena de suspensão implica na perda, para efeito de antiguidade, de tantos dias quantos tenham durado a suspensão.
- D) A pena de suspensão implica na perda do direito à licença para tratar de assunto particular no período de dois anos, a contar da expedição da suspensão.
- E) Quando houver a conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa de até 50% por dia do vencimento ou remuneração, obrigando, neste caso, o funcionário a permanecer em serviço.

Questão 30

O art. 78 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araraquara estipula que Comissões Especiais são aquelas que se destinam à elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais, à tomada de posição da Câmara em outros assuntos de reconhecida relevância, e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos. Segundo o referido Estatuto, as Comissões Especiais poderão ser, EXCETO:

- A) Comissões Processantes.
- B) Comissões de Representação.
- C) Comissões Especiais de Estudo.
- D) Comissões Especiais de Inquérito.
- E) Comissão de Justiça, Legislação e Redação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO**Questão 31**

Joana, residente no município de Araraquara, é portadora de uma doença rara e crônica cujo tratamento exige o uso contínuo de um medicamento de alto custo que não consta da lista do Sistema Único de Saúde (SUS). Diante da negativa do município em fornecer o medicamento, Joana ingressou com uma ação judicial alegando que a omissão viola seu direito à saúde, previsto no art. 196 da Constituição Federal (CF). O município, em sua defesa, alegou falta de recursos financeiros e argumentou que a responsabilidade pelo fornecimento seria da União, por se tratar de um medicamento de alto custo. Com base no direito constitucional à saúde, no fornecimento de medicamentos pelo SUS e, ainda, no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do fornecimento de medicamentos de alto custo, assinale a afirmativa correta.

- A) O município não pode ser responsabilizado pelo fornecimento do medicamento, pois cabe exclusivamente à União o custeio e a disponibilização de medicamentos de alto custo.
- B) A negativa do município é constitucional, pois o fornecimento de medicamentos não padronizados pelo SUS está condicionado à reserva do possível e à existência de recursos orçamentários.
- C) O município pode ser responsabilizado pelo fornecimento do medicamento, mas somente se for demonstrado que ele possui orçamento suficiente para custear o tratamento sem comprometer outros serviços de saúde pública.
- D) A competência para o fornecimento de medicamentos de alto custo é concorrente entre União, estados e municípios, mas a obrigação de fornecê-los depende da inclusão do medicamento em protocolo clínico aprovado pelo SUS.
- E) O direito à saúde, previsto no art. 196 da CRB, permite que o Poder Judiciário determine o fornecimento do medicamento, ainda que ele não conste na lista do SUS, desde que, entre outros requisitos, seja comprovada, cumulativamente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, a ausência de alternativa terapêutica e a incapacidade financeira de arcar com o custeio do medicamento.

Questão 32

Em relação aos fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no art. 1º da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa não são considerados princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito.
- B) A soberania, enquanto fundamento da República, refere-se tanto à independência externa do Estado quanto à supremacia da Constituição sobre os demais atos normativos internos.
- C) O pluralismo político, enquanto fundamento da República, refere-se exclusivamente à liberdade de organização partidária, não abrangendo a proteção a manifestações culturais, religiosas e ideológicas.
- D) O fundamento da cidadania implica a obrigação do Estado de assegurar a participação popular direta em todos os atos legislativos, sob pena de inconstitucionalidade das normas aprovadas sem consulta popular.
- E) A dignidade da pessoa humana, como fundamento da República, é um princípio que impede qualquer tipo de restrição a direitos individuais, mesmo em situações de emergência constitucional, como o estado de sítio.

Questão 33

O município editou uma lei que estabelece critérios específicos para o licenciamento ambiental de pequenas indústrias instaladas em seu território. A norma flexibiliza os requisitos previstos na legislação estadual, com o objetivo de atrair investimentos e fomentar o desenvolvimento local. O Ministério Público ingressou com ação judicial questionando a validade da lei municipal, argumentando que ela contraria normas gerais previstas na legislação federal e estadual sobre proteção ambiental. Com base na repartição de competências prevista na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) O Ministério Público está equivocado uma vez que a lei municipal, no caso apresentado, é válida, pois os municípios possuem competência concorrente para legislar sobre meio ambiente.
- B) A lei municipal é inconstitucional, pois a competência para legislar sobre proteção ao meio ambiente é privativa da União, cabendo aos estados e municípios apenas executar normas federais.
- C) A competência para legislar sobre proteção ambiental é privativa dos estados, e a lei municipal é inconstitucional, pois invadiu competência estadual ao criar critérios próprios para o licenciamento ambiental.
- D) A lei municipal é inconstitucional, pois, ao legislar sobre proteção ambiental de forma divergente da legislação estadual, o município violou a competência legislativa suplementar prevista na Constituição Federal.
- E) A competência para legislar sobre proteção ambiental é comum entre União, estados e municípios, de modo que a lei municipal pode complementar, mas não contrariar, normas estaduais e federais sobre o tema.

Questão 34

De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- A) Resolver conflitos de competência entre Tribunais Superiores.
- B) Processar e julgar, originariamente, os crimes comuns e os de responsabilidade praticados pelos governadores de estado.
- C) Processar e julgar representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.
- D) Processar e julgar, originariamente, as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
- E) Julgar, em grau de recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

Questão 35

No que diz respeito à tributação e orçamento, é correto afirmar que:

- A) A União está impedida de instituir empréstimos compulsórios, independentemente da finalidade ou situação emergencial.
- B) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana incide sobre templos de qualquer culto quando as entidades religiosas são locatárias do imóvel.
- C) O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- D) O imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, não poderá ser progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- E) Cabe à lei ordinária estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente no que diz respeito ao tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte.

Questão 36

À luz das disposições constitucionais relativas à ordem econômico-financeira, assinale a afirmativa correta.

- A) A ordem econômica é fundada na livre iniciativa, sendo vedada qualquer interferência estatal no domínio econômico, salvo em situações de calamidade pública.
- B) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida apenas em situações de relevante interesse coletivo, e depende de autorização prévia mediante plebiscito.
- C) O sistema financeiro nacional será regulado por lei complementar e subordinado ao objetivo de promover o desenvolvimento equilibrado do país e o bem-estar da população.
- D) A função social da propriedade é um dos fundamentos da ordem econômica e, para sua concretização, é permitida a desapropriação de propriedade produtiva para fins de reforma agrária.
- E) É assegurada, na ordem econômica, a livre concorrência, inclusive em setores estratégicos de monopólio estatal, que devem seguir as regras de mercado para maximizar a eficiência econômica.

Questão 37

Paulo, cidadão brasileiro nato, foi condenado por ato de improbidade administrativa que causou enriquecimento ilícito e violou princípios da Administração Pública. A condenação incluiu a perda da função pública e a suspensão de seus direitos políticos por oito anos. Considerando as disposições constitucionais e legais sobre cassação e suspensão dos direitos políticos, assinale a afirmativa correta.

- A) A Constituição permite a cassação de direitos políticos em casos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.
- B) Os direitos políticos de Paulo foram cassados em razão da gravidade do ato de improbidade administrativa, conforme disposto na Constituição Federal.
- C) A suspensão dos direitos políticos de Paulo depende exclusivamente de decisão judicial criminal, e a improbidade administrativa não gera tal consequência.
- D) A Constituição Federal veda a cassação de direitos políticos, mas admite a suspensão desses direitos, como no caso de condenação por improbidade administrativa.
- E) A perda dos direitos políticos em casos de improbidade administrativa é automática e independe de decisão judicial, sendo aplicada diretamente pela administração pública.

Questão 38

Considerando as disposições constitucionais sobre a ordem econômico-financeira, assinale a afirmativa correta.

- A) A ordem econômica brasileira é orientada pelo princípio da soberania nacional, o que impede a participação de capital estrangeiro no setor produtivo.
- B) O princípio da defesa do consumidor é fundamento exclusivo da ordem econômica, e não pode ser estendido para regulamentar serviços públicos concedidos.
- C) A política agrícola será planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, excluindo-se no planejamento agrícola as atividades pesqueiras.
- D) A exploração das jazidas de petróleo e gás natural é assegurada pela Constituição exclusivamente às empresas privadas, mediante concessão ou permissão da União.
- E) A ordem econômica tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, e está fundamentada na livre iniciativa e na valorização do trabalho humano.

Questão 39

Em determinado município, certo servidor público foi designado para elaborar um parecer técnico sobre a viabilidade de um projeto de construção de uma nova escola pública. Durante a análise, o servidor identificou que o projeto não atendia a diversas normas legais e regulamentares, incluindo questões relacionadas à acessibilidade e ao impacto ambiental. Além disso, ele recebeu pressão de superiores para emitir um parecer favorável, sob a justificativa de que o projeto era uma prioridade da administração. Diante desse cenário, considerando os princípios da administração pública, especialmente os da legalidade e da moralidade, qual deverá ser a conduta mais adequada a ser adotada pelo servidor?

- A) Emitir parecer favorável, justificando que a decisão final cabe aos gestores, e que ele apenas cumpre ordens superiores.
- B) Emitir um parecer favorável, mas incluir ressalvas sobre as irregularidades, confiando que os gestores tomarão decisões corretas.
- C) Consultar a assessoria jurídica da instituição antes de tomar qualquer decisão sobre o parecer, buscando respaldo legal para sua posição.
- D) Ignorar as irregularidades e focar apenas na conclusão do parecer, uma vez que o prazo para entrega é curto e a obra é considerada urgente.
- E) Recusar-se a emitir um parecer favorável e redigir um documento formal que destaque as irregularidades encontradas, encaminhando-o às instâncias superiores para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Questão 40

Determinado servidor público foi acusado de improbidade administrativa após a realização de um contrato de prestação de serviços sem a devida licitação, alegando que se tratava de uma situação emergencial. No entanto, a documentação apresentada não comprovou a urgência da contratação e as razões para a dispensa de licitação. Considerando a Lei de Improbidade Administrativa e os princípios que regem a Administração Pública, a consequência legal que poderá advir dessa situação para o servidor e as medidas que a Administração deverá adotar são:

- A) Poderá ser punido apenas com advertência, pois a situação era emergencial e ele agiu com boa-fé.
- B) Poderá ser processado criminalmente, mas não sofrerá sanções administrativas, pois a lei prevê o devido processo legal.
- C) Será automaticamente demitido, independentemente do processo administrativo, uma vez que a improbidade foi comprovada.
- D) Não poderá ser responsabilizado, pois a urgência da situação isenta-o de penalidades, mesmo que a documentação não comprove.
- E) Poderá ser responsabilizado civilmente, podendo ter que ressarcir o erário e sofrer sanções administrativas, além de responder a processo criminal.

Questão 41

Determinado município firmou convênio com uma Organização Não Governamental (ONG) para a execução de um programa social voltado para a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade. Durante a execução do convênio, a Administração Pública percebeu que a ONG não estava cumprindo as metas estabelecidas no contrato, além de apresentar irregularidades na prestação de contas, como a falta de documentos comprobatórios e a utilização inadequada dos recursos financeiros. Diante dessa situação, assinale a ação correta que a Administração Pública deverá tomar para garantir a legalidade e a eficiência na execução do convênio.

- A) Manter o convênio e apenas orientar a ONG sobre as irregularidades encontradas, permitindo que ela se ajuste.
- B) Ignorar as irregularidades, pois o convênio é um ato administrativo que não pode ser revogado sem justificativa.
- C) Realizar uma nova avaliação das metas do convênio, ajustando-as para que a ONG possa cumpri-las, sem penalidades.
- D) Encerrar o convênio imediatamente, sem qualquer comunicação à ONG, para evitar mais prejuízos à Administração Pública.
- E) Suspender o repasse de recursos e instaurar um processo administrativo para apurar as irregularidades, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Questão 42

Um município decidiu conceder a exploração do serviço público de transporte coletivo a uma empresa privada por meio de um processo licitatório. Durante a fase de habilitação, surgiram denúncias de que a empresa vencedora não apresentava todas as certidões exigidas pela legislação vigente, além de indícios de irregularidades em contratos anteriores com outros municípios. Considerando os princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência, a Administração Pública, diante dessa situação, deverá:

- A) Prosseguir com a assinatura do contrato, uma vez que a empresa já foi selecionada e o serviço é essencial para a população.
- B) Analisar as denúncias e, se confirmadas, anular a licitação e revogar a concessão, garantindo a moralidade e a legalidade do processo.
- C) Solicitar que a empresa apresente as certidões faltantes e, caso sejam apresentadas, seguir com o contrato, ignorando as irregularidades anteriores.
- D) Realizar uma nova licitação, sem considerar a empresa vencedora, mas mantendo o contrato com a empresa anterior até que a nova licitação seja concluída.
- E) Ignorar as denúncias, considerando que a empresa já prestava serviços anteriormente e possui experiência no setor, além de ser a única que apresentou proposta.

Questão 43

Certo servidor público foi designado para realizar uma licitação para a compra de materiais de escritório. Durante o processo, ele recebeu uma proposta de determinado fornecedor que oferecia um preço muito abaixo do mercado, o que levantou suspeitas sobre a viabilidade do serviço e a idoneidade da empresa. O servidor, desconfiado, decidiu investigar a idoneidade do fornecedor e descobriu que ele estava com pendências judiciais e fiscais. Considerando os princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência, assinale, a seguir, a conduta correta que o servidor deverá adotar e, ainda, os possíveis desdobramentos dessa decisão.

- A) Aceitar a proposta, pois o preço é vantajoso e a economia gerada pode ser utilizada em outras áreas.
- B) Prosseguir com o processo licitatório sem considerar as pendências, confiando que a proposta é vantajosa e necessária.
- C) Consultar a administração superior sobre como proceder, sem tomar uma decisão imediata, para evitar possíveis conflitos.
- D) Solicitar ao fornecedor que regularize sua situação antes de considerar a proposta, mas sem desclassificá-lo imediatamente.
- E) Desclassificar a proposta do fornecedor, informando os motivos da desclassificação e garantindo que apenas fornecedores idôneos participem do processo.

Questão 44

Um servidor público foi designado para elaborar um relatório sobre a execução de determinado contrato de prestação de serviços de limpeza em prédios públicos. Ao realizar a análise, ele constatou que a empresa contratada não estava cumprindo as normas de segurança e saúde do trabalho, colocando em risco a integridade dos servidores e usuários dos prédios. Além disso, ele percebeu que a empresa não estava realizando os pagamentos devidos aos seus trabalhadores. Diante dessa situação, considerando sua responsabilidade e a legislação vigente, o servidor deverá:

- A) Realizar uma nova vistoria apenas após o término do contrato, para evitar conflitos com a empresa.
- B) Ignorar as irregularidades, pois a empresa já prestava serviços anteriormente e é conhecida pela administração.
- C) Propor a rescisão do contrato imediatamente, sem aguardar uma análise mais aprofundada das irregularidades.
- D) Comunicar a situação apenas verbalmente aos superiores, sem necessidade de formalização, para evitar burocracia.
- E) Elaborar um relatório detalhado sobre as irregularidades e encaminhá-lo à administração, para que sejam tomadas as devidas providências, incluindo a possibilidade de rescisão do contrato.

Questão 45

Um município decidiu criar um consórcio público com outros municípios vizinhos para a gestão compartilhada de resíduos sólidos, visando eficiência e sustentabilidade no manejo dos resíduos. Durante a elaboração do contrato de consórcio, surgiram divergências entre os municípios sobre a divisão de responsabilidades e custos, além de diferentes interpretações sobre as metas a serem alcançadas. Considerando a natureza colaborativa do consórcio e os princípios da administração pública, assinale a estratégia mais adequada que a administração pública deverá adotar para resolver essas divergências e assegurar a efetividade do consórcio.

- A) Impor um modelo de gestão que favoreça o município mais forte economicamente, a fim de garantir a continuidade do projeto.
- B) Elaborar um contrato unilateral, definindo as responsabilidades e os custos apenas do município que criou o consórcio, para evitar conflitos.
- C) Consultar a população sobre as responsabilidades e custos, para que todos os cidadãos possam opinar e participar do processo decisório.
- D) Ignorar as divergências e seguir com a elaboração do contrato, confiando que os municípios se adaptarão posteriormente às condições estabelecidas.
- E) Realizar reuniões de negociação entre todos os municípios envolvidos, buscando um consenso sobre as responsabilidades e os custos, e promovendo a transparência nas decisões.

Questão 46

Foi proposta ação de homologação de sentença estrangeira no Judiciário brasileiro, sendo o processo instruído com a juntada de documentos e cópias perfeitamente legíveis e a decisão estrangeira, devidamente acompanhada de apostilamento, com as respectivas traduções oficiais. A referida decisão foi proferida por autoridade competente, além de não se referir a nenhuma das hipóteses de exclusividade de jurisdição brasileira. Contudo, a parte demandada alega a ausência de citação válida. Assim, de acordo com a Lei de Introdução às Normas do direito brasileiro e jurisprudência sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) O ato citatório praticado no exterior deve ser realizado de acordo com as leis do país onde ocorre a citação, sendo incabível a imposição da legislação brasileira.
- B) Compete ao Tribunal brasileiro o exercício de juízo revisor sobre decisão judicial estrangeira, sendo necessária a apresentação de todos os documentos para verificação dos requisitos e pressupostos legais.
- C) No caso, se a realização do ato citatório no processo estrangeiro for via postal, esta deve ser em conformidade com as leis vigentes no Brasil, não sendo válida cláusula contratual que disponha da forma diversa.
- D) A citação ou verificação de revelia não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil, cabendo a verificação de ofensa à soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
- E) O Juízo que homologará deve se ater apenas ao requisito impugnado; no caso apresentado, para a internalização da sentença estrangeira não será verificada a inexistência de violação da soberania nacional, a dignidade da pessoa humana ou a ordem pública.

Questão 47

Um grupo de cidadãos, maiores, capazes, motivados por um objetivo comum de promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos, decide criar uma fundação privada. Eles pretendem estabelecer a fundação para arrecadar fundos, oferecer palestras e financiar projetos que visam difundir a democracia em todas as classes sociais. Para isso, eles precisam definir a estrutura jurídica, estatutária e administrativa da fundação, além de garantir conformidade com as exigências legais; assim, assinale a afirmativa correta.

- A) A obrigação originária de elaboração do estatuto e destinação do patrimônio é do Ministério Público do estado onde a fundação será sediada.
- B) No ato da criação da fundação, o grupo de instituidores poderá inserir cláusula de reversibilidade do patrimônio doado, evitando que, em caso de extinção, os bens sejam destinados a outra entidade.
- C) Se os bens forem insuficientes para constituir a fundação, e os instituidores não dispuserem de outros meios, deverão requerer suporte para outras fundações que se proponham a fim igual ou semelhante.
- D) Não constitui justo motivo para extinção da fundação aquela que não puder cumprir seus objetivos ou o patrimônio se tornar insuficiente, pois a extinção ocorrerá somente quando vencido o prazo de existência.
- E) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real sobre os bens dotados e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

Questão 48

João celebrou contrato de empréstimo com uma instituição financeira para aquisição de um caminhão, dando o veículo em garantia fiduciária. Após inadimplir as parcelas do empréstimo, a instituição financeira executou a garantia fiduciária e tomou posse do caminhão. No ato da entrega do bem, João tentou retirar o equipamento de monitoramento de última geração instalado no caminhão, já que era passível de remoção sem causar danos ao bem, o que foi negado pelo Banco. Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) O equipamento de monitoramento é um bem acessório que deverá acompanhar o caminhão, bem principal.
- B) Por ser o equipamento de monitoramento considerado um bem naturalmente infungível, sua inclusão no caminhão gera a incorporação e impossibilita a restituição.
- C) O equipamento de monitoramento constitui item essencial para utilização do caminhão, tornando-se parte integrante do veículo e deve acompanhá-lo no ato da entrega.
- D) O equipamento de monitoramento é considerado pertença e deve seguir com o caminhão, por determinação do princípio da gravitação jurídica, já que perde sua função ao ser desacoplado do caminhão.
- E) O inadimplemento do contrato de empréstimo para aquisição de caminhão dado em garantia, a despeito de importar na consolidação da propriedade do mencionado veículo nas mãos do credor fiduciante, não conduz ao perdimento da pertença em favor deste.

Questão 49

A Câmara Municipal de Araraquara aprovou um novo Código de Posturas por meio de lei ordinária. Em que pese o projeto tenha sido aprovado e sancionado, um grupo minoritário de vereadores questionou a validade da norma, alegando que a matéria deveria ser tratada por lei complementar. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Araraquara, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei aprovada pela Câmara é válida, pois o prefeito sancionou a norma sem vetos, convalidando eventuais vícios procedimentais.
- B) A Lei Orgânica do Município permite que matérias reservadas à lei complementar sejam aprovadas por lei ordinária, desde que haja maioria simples dos vereadores.
- C) A norma aprovada pela Câmara é inconstitucional, pois o Código de Posturas deve ser estabelecido por meio de lei complementar, conforme exige a Lei Orgânica.
- D) A Câmara pode aprovar o Código de Posturas por lei ordinária, desde que o texto seja posteriormente convertido em lei complementar por meio de decreto legislativo.
- E) O Código de Posturas pode ser aprovado por lei ordinária, pois a Lei Orgânica determina apenas que o Código Tributário e o Código de Obras e Edificações sejam editados por lei complementar, não prevendo tal requisito para o Código de Posturas.

Questão 50

Um município brasileiro editou lei determinando a atuação obrigatória do Conselho Tutelar durante a época do Carnaval, incluindo fiscalização da presença de crianças desacompanhadas de pais ou responsáveis e venda de bebidas alcoólicas a menores. De acordo com precedente do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as atribuições do Poder Legislativo Municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) A norma é inconstitucional, pois apenas a União possui competência para legislar sobre a atuação do Conselho Tutelar.
- B) A norma é inconstitucional, porque apenas os Estados possuem competência para legislar sobre a atuação do Conselho Tutelar.
- C) A norma é inconstitucional, pois, apesar de o município possuir competência para legislar sobre a atuação do Conselho Tutelar, não poderá legislar sobre direito da criança e do adolescente.
- D) A norma é inconstitucional, pois, apesar de o município possuir competência para legislar sobre direito da criança e do adolescente, não poderá legislar sobre a atuação do Conselho Tutelar.
- E) A norma é constitucional, visto que o município tem autonomia legislativa suplementar para dispor sobre a proteção da infância e juventude, desde que não contrarie normas federais e estaduais.

Questão 51

Durante a revisão de um projeto de lei municipal em Araraquara, um analista legislativo observou que os incisos estavam numerados com algarismos arábicos e que as alíneas estavam escritas em letras maiúsculas. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 95/1998, assinale a afirmativa correta.

- A) Os incisos devem ser grafados com letras maiúsculas, e as alíneas devem ser numeradas com algarismos arábicos.
- B) Os incisos devem ser representados por algarismos romanos, e as alíneas devem ser grafadas em letras minúsculas.
- C) As alíneas devem ser indicadas por números romanos e os incisos por letras minúsculas, a fim de evitar confusão na leitura do texto legal.
- D) A representação gráfica dos incisos e alíneas pode ser definida livremente pela Câmara Municipal, desde que seja mantida a clareza do texto.
- E) Os incisos e as alíneas podem ser representados de qualquer forma, desde que sejam sistematicamente citados corretamente no texto da norma.

Questão 52

O município de Araraquara iniciou a revisão de seu Plano Diretor, que já está em vigor há mais de dez anos. Durante a tramitação, alguns vereadores questionaram a necessidade da revisão periódica e a obrigatoriedade da promoção de audiências públicas e debates com a participação da população no processo. De acordo com a Lei Federal nº 10.257/2001, assinale a afirmativa correta.

- A) A revisão do Plano Diretor pode ser feita a qualquer momento, e não há prazo máximo para sua atualização.
- B) A revisão do Plano Diretor é facultativa e depende exclusivamente da vontade do Poder Executivo municipal.
- C) A participação popular na revisão do Plano Diretor é meramente consultiva, não sendo obrigatória sua realização.
- D) O Plano Diretor deve ser revisado, pelo menos, a cada dez anos, com garantia de participação popular no processo.
- E) O Plano Diretor deve ser revisado obrigatoriamente quando houver alteração significativa no território do município.

Questão 53

Um município editou lei determinando que todas as agências bancárias instalassem câmeras de segurança, portas giratórias e vigilância armada em agências bancárias e nos estabelecimentos com terminais de autoatendimento. A entidade de representação das instituições financeiras questionou judicialmente a constitucionalidade, argumentando que a matéria é de competência privativa da União. De acordo com o precedente do Superior Tribunal Federal (STF) sobre as atribuições do Poder Legislativo municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei é inconstitucional, pois apenas a União e os estados podem legislar sobre a matéria.
- B) A lei é constitucional, pois o município pode legislar sobre segurança em bancos, incluindo terminais de autoatendimento, pois a matéria é de interesse local.
- C) A lei é inconstitucional, porque a segurança bancária é de competência exclusiva da União, impedindo qualquer regulamentação municipal sobre o tema.
- D) A lei é constitucional, visto que o município pode legislar sobre segurança em bancos, incluindo terminais de autoatendimento, sendo o sistema financeiro matéria de interesse local.
- E) A lei é inconstitucional, pois apenas o Banco Central do Brasil, observando diretrizes do Conselho Monetário Nacional, pode regulamentar medidas de segurança bancária, tornando a norma municipal inválida.

Questão 54

O prefeito de Araraquara enviou à Câmara Municipal projeto de lei prevendo a concessão de auxílios financeiros a microempreendedores afetados por calamidades públicas. Durante a tramitação legislativa, os vereadores incluíram novas categorias de beneficiários e aumentaram o valor do auxílio. O prefeito vetou os dispositivos, alegando que a matéria era de sua iniciativa privativa. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Araraquara e entendimentos do Superior Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) A Câmara pode modificar o projeto original, desde que haja previsão orçamentária suficiente para cobrir os novos valores.
- B) O veto do prefeito é inconstitucional, pois fere a separação de poderes e limita a atuação da Câmara de versar sobre o interesse público local.
- C) Apenas a criação do benefício depende de iniciativa do prefeito, mas a Câmara pode ampliar os valores e os beneficiários sem ferir a Constituição.
- D) A inclusão de novas categorias de beneficiários pelos vereadores é válida, pois a Lei Orgânica do Município não impõe restrições sobre essa matéria.
- E) A concessão de auxílios financeiros depende de iniciativa privativa do prefeito, tornando inconstitucionais as modificações feitas pela Câmara que impliquem aumento de despesa.

Questão 55

A Câmara Municipal de Araraquara elaborou um projeto de lei para regulamentar o funcionamento do comércio local. Durante a tramitação, um vereador sugeriu que o projeto fosse dividido em livros, títulos, capítulos e seções, argumentando que essa estrutura tornaria a norma mais organizada. Outro vereador, por sua vez, alegou que essa divisão só poderia ser feita, caso a lei fosse muito extensa. De acordo com a Lei Complementar Federal nº 95/1998, assinale a afirmativa correta.

- A) A utilização de subseções e seções é obrigatória para garantir a coerência normativa do texto legal.
- B) O projeto de lei deve ser organizado em capítulos, títulos, artigos, incisos, alíneas e parágrafos, mas não poderá utilizar livros.
- C) O agrupamento de artigos pode constituir subseções, seções, capítulos, títulos, livros e partes, independentemente do tamanho da norma.
- D) A Lei Complementar Federal nº 95/1998 não prevê regras sobre a estruturação interna de normas municipais, aplicando-se apenas às leis federais.
- E) Apenas leis complementares podem ser estruturadas com livros, títulos e capítulos, enquanto leis ordinárias devem ter apenas artigos e parágrafos.

Questão 56

O Município de Araraquara, ao revisar seu Plano Diretor, discutiu a obrigatoriedade de sua elaboração. Considere que Araraquara possua uma população de 242 mil habitantes. Nesse caso, de acordo com a Lei Federal nº 10.257/2001, é correto afirmar que:

- A) O Plano Diretor é obrigatório somente para municípios que registram aumento populacional superior a 5% ao ano.
- B) Apenas cidades com mais de 500 mil habitantes são obrigadas a ter um Plano Diretor e um plano de transporte urbano integrado.
- C) Somente municípios integrantes de regiões metropolitanas precisam elaborar um Plano Diretor, não sendo o caso de Araraquara.
- D) Considerando sua população, o Plano Diretor é obrigatório para Araraquara, mas o plano de transporte urbano integrado não é obrigatório.
- E) Municípios situados em áreas suscetíveis a deslizamentos ou inundações não são obrigados a elaborar Plano Diretor, bastando um plano emergencial de riscos.

Questão 57

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária no Município de Araraquara, um vereador apresentou emenda destinando recursos para o início da construção de um hospital municipal. No entanto, o projeto da obra ainda não havia sido aprovado pelos órgãos competentes. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964 e, ainda, com a Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) A emenda pode ser aprovada, pois se trata de um serviço essencial para a população.
- B) Não há vedação expressa na Lei Federal nº 4.320/1964, apenas na Constituição Federal.
- C) O projeto do hospital pode ser aprovado posteriormente à inclusão da emenda no orçamento.
- D) A emenda não pode ser admitida, pois se veda a concessão de dotação para início de obra, cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
- E) O Poder Legislativo Municipal pode aprovar a emenda, desde que a Prefeitura se comprometa a elaborar e viabilizar a aprovação do projeto antes da execução da obra.

Questão 58

O município de Araraquara recebeu a proposta orçamentária do Poder Executivo fora do prazo estabelecido na Lei Orgânica. Diante dessa situação, alguns vereadores questionaram quais seriam as consequências para a tramitação da Lei Orçamentária. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

- A) O Poder Legislativo considerará como proposta orçamentária a Lei de Orçamento vigente.
- B) O Prefeito pode executar despesas sem base orçamentária até que a Câmara aprove um novo orçamento.
- C) O Poder Legislativo deve elaborar uma nova proposta orçamentária para substituir integralmente a enviada fora do prazo.
- D) A proposta enviada fora do prazo deve ser devolvida ao Executivo para ajustes e atualização monetária e posterior reenvio.
- E) O orçamento vigente perde automaticamente sua validade, exigindo a elaboração de um orçamento provisório até que a nova proposta seja analisada.

Questão 59

Durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA) do município de Araraquara, um grupo de vereadores apresentou uma emenda aumentando significativamente a reserva de contingência para cobrir despesas futuras indefinidas. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, é correto afirmar que:

- A) O montante da reserva de contingência deve ser fixado com base na receita de capital líquida.
- B) A reserva de contingência pode ser utilizada para cobrir qualquer tipo de despesa pública, inclusive aquelas não previstas originalmente na LOA.
- C) O aumento da reserva de contingência pode ser realizado, desde que os recursos sejam provenientes de cortes em outras despesas discricionárias.
- D) A reserva de contingência pode ser livremente ampliada pelo Legislativo, pois se trata de um mecanismo de precaução orçamentária, mas não pode ser diminuída.
- E) A reserva de contingência deve ter sua forma de utilização e montante estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo destinada ao atendimento de passivos contingentes e riscos fiscais imprevistos.

Questão 60

O Poder Executivo do município de Araraquara apresentou um projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que não incluiu normas sobre o equilíbrio entre receitas e despesas. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, assinale a afirmativa correta.

- A) O equilíbrio entre receitas e despesas pode ser tratado apenas no Plano Plurianual (PPA), sem necessidade de constar na LDO.
- B) Eventual omissão de normas sobre equilíbrio fiscal na LDO pode ser corrigida por sua inclusão posterior na LOA do exercício vigente.
- C) A disposição sobre o equilíbrio entre receitas e despesas na LDO é obrigatória, de forma a promover a responsabilidade fiscal na gestão pública.
- D) A LDO não precisa dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, sendo matéria obrigatória a ser tratada na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- E) O Tribunal de Contas pode autorizar a exclusão do critério de equilíbrio orçamentário da LDO, caso o município apresente superavit nos últimos três anos.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; é constituída de uma questão discursiva versando sobre estudo de caso acerca da Lei nº 14.333/2021. Será avaliada em trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas. Será atribuída nota zero ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	25 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequência do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,25 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

O Município de Nova Esperantina está planejando a implementação de um sistema de cidades inteligentes, com o objetivo de integrar soluções tecnológicas para segurança pública, mobilidade urbana, eficiência energética e gestão de resíduos. O projeto contempla a adoção de inovação e tecnologias de ponta, como Inteligência Artificial (IA) e *Internet* das Coisas (IoT), visando modernizar os serviços públicos e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A administração municipal enfrenta dificuldades para definir com exatidão a melhor solução, uma vez que o mercado oferece uma diversidade de tecnologias, cada uma com suas especificidades e abordagens, caracterizando a alta complexidade do projeto. Nesse contexto, a administração está buscando a melhor solução e modalidade de licitação, conforme os parâmetros estabelecidos pela nova Lei nº 14.133/2021, que trata das licitações e contratações no âmbito da administração pública. Experiências anteriores da Administração com soluções padronizadas não atenderam plenamente às necessidades do município. Além disso, as necessidades do projeto podem evoluir com diálogos ao longo das interações com os potenciais fornecedores, exigindo flexibilidade e cooperação no desenvolvimento da solução final.

A partir da situação hipotética narrada, discorra sobre a modalidade de licitação mais adequada a ser adotada no caso concreto, à luz da Lei nº 14.133/2021, abordando os seguintes aspectos: I) conceito e justificativa da modalidade de licitação escolhida; II) etapas/fases de seu procedimento licitatório; e III) órgão responsável pela sua condução.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA/SP

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	







INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. As provas terão duração de três horas e trinta minutos para os cargos de Analista de Comunicação Social, Analista em Comunicação Visual, Analista em Informação, Cerimonialista, Contador, Tradutor e Intérprete de Libras, Técnico em Informática, Agente Administrativo e Condutor de Veículo e cinco horas para os cargos de Analista de Controle Interno, Analista em Gestão de Pessoas, Analista Legislativo, Consultor Legislativo, Jornalista e Procurador. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e o preenchimento da Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver.
5. O caderno de provas é composto por sessenta questões para os cargos de nível superior, médio e médio técnico e cinquenta questões para o cargo de nível fundamental.
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver, devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir dos noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão Especial Para Realização de Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.